

Sobre o Fahrenheit 451 de Truffaut

*Paulo Sérgio Lima Silva**

No fundo de uma caverna em Chaud-Pont-d'Arc na França pode ser vista na parede a marca de uma mão humana. Entendida como uma afirmação e – por que não? – como uma mensagem (HARARI, 2016), poderia expressar algo como “eu estive aqui”.

Mesmo que o aparato psicológico de um *sapiens*, de há 30.000 anos – data aproximada desse registro – fosse tosco e incipiente, com frágil nível de consciência, ou mesmo ausência dela, pode-se conceber, de um modo rudimentar, a presença de um eu e, quem sabe, da expectativa de um alguém, um além de mim, que pudesse apreender a informação de um “eu que existe” e que “esteve aqui”.

Os segundos do instante presente, o fugaz, o transitório são superados momentaneamente – faça esta ficção – através da mensagem que fica, que permanece, que aspira ao eterno, pois pode ser compartilhada por muitos outros e disseminadas no decorrer do tempo.

Dando um salto na História eu me transporto agora à Mesopotâmia, na região entre o Tigre e o Eufrates. Lá, há cerca de 6.000 anos nasceu a escrita. Gravadas na pedra ou em plaquetas de barro, as primeiras inscrições se referiam, prosaicamente, a contas, a notas de compra e venda (GEORGES, 2002). E só aos poucos se tornaram um modo de perpetuar a língua falada e fixar o que era vivido, pensado e sentido pelos povos na época.

* Psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ), membro aderente e supervisor da Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro (SPCRJ), doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Não mais os desenhos e esculturas do homem primitivo para falar de seu tempo; a palavra escrita passa a ser usada para descrever o mundo, os seus mistérios e as tentativas de desvendá-los. Os gregos nos deixaram fragmentos e também longos e valiosos textos, os egípcios com seus hieróglifos – que significam “escrita dos deuses” – nos informaram sobre a estrutura de sua sociedade, sobre a religião e o além, e os monges na Idade Média se preocuparam em estabelecer e didatizar a teologia.

Com a criação da imprensa no século XV o universo da palavra escrita irá se expandir e se tornar acessível para um número cada vez maior de pessoas. O pensamento, a partir daí, não é mais só uma fagulha, um instante criativo, algo que pode ser transmitido oralmente ou, se registrado, a um pequeno número de leitores. Ele pode se disseminar em larga escala, gerar novos pensamentos, novas reflexões e, assim, se tornar também um forte instrumento na obtenção de consciência, gerar potência no humano e propiciar mudanças no mundo.

Todo esse tesouro descrito acima costuma estar contido entre duas capas, algumas vezes, rígidas, outras, flexíveis, consta de muitas folhas de papel, carregadas de caracteres, letras, sinais que constituem frases, narrativas, às vezes também acompanhadas de ilustrações, a que chamamos *livro*.

Pois bem, no filme em questão, *Fahrenheit 451*, são justamente os livros que se tornam objeto de destruição. Livros, expressão do saber, do conhecimento e da cultura. E por que destruí-los; e para quê?

Baseado na obra homônima de Ray Bradbury o filme de 1966 pode ser incluído na categoria “distopia”, pois trata de um tempo no futuro em que a cultura, materializada nos livros, representa uma ameaça à estabilidade social. A referência às fogueiras de livros na época do nazismo (SALZBURG, 1933) é óbvia, mas também, sem o saber, antecipa muito dos tempos sombrios em que vivemos. O conhecimento é perigoso!

Os bombeiros no filme têm uma tarefa diferenciada: não apagam incêndios, mas queimam os perigosos livros. Deste modo, os pacatos cidadãos são privados de suas inquietações; e, com esse mesmo objetivo, são acrescidas doses maciças de comprimidos narcotizantes – uma variação do Soma do *Admirável Mundo Novo*, de Huxley. A onipresente televisão – que não informa, mas entorpece os sentidos, paralisa o conhecimento, enfim, desumaniza – funciona no modo interativo e contínuo, como uma espécie de um “*reality show*”.

Montag, o herói da película, é um bombeiro ajustado às normas vigentes, mas suas certezas começam a se desestabilizar a partir do contato com Clarisse, uma jovem vizinha de bairro. No início do filme, logo após as insistentes

tomadas das antenas nos telhados das casas – índice da uniformização das informações – e da primeira aparição dos bombeiros, surge a imagem de um homem em casa recebendo a ligação de uma voz de mulher que lhe avisa para fugir. Curiosamente, ele está comendo uma maçã – sempre a maçã – referência óbvia a um dos mitos fundamentais da Civilização Ocidental, desenvolvida no *Gênesis*, o livro das origens. Segundo Bion, a narrativa de Adão e Eva, ao lado da de Édipo e a da Torre de Babel, ilustra a ligação de conhecimento, proibição e transgressão, associados a um castigo (GRINBERG, 1973).

Ouçamos algo do pensamento psicanalítico: Melanie Klein (HINSHELWOOD, 1992) afirmou: “quem come do fruto do conhecimento é expulso de algum paraíso”. Essa autora, na contramão da equação enunciada acima (conhecimento-transgressão-castigo), seguindo a linhagem freudiana, enfatizou o que chamou de *pulsão epistemofílica*, algo inerente ao humano, ganhando distância da ideia de punição, diria mesmo que transcendendo-a, ela postula que essa pulsão movimenta a curiosidade saudável e criativa, o enfrentamento do desconhecido, e alenta o trabalho e a construção da vida. Morder a maçã, então, é ato de coragem, de luta pela existência, de aceitação da perda do Paraíso. Ou seja, com a mordida, o saber é positivado como condição do homem para sua aventura terrena.

Vou me deter agora na ideia de Paraíso. De que Paraíso, no entender de Klein, estaríamos sendo expulsos? Seria daquele que remete à ideia de uma falsa segurança, do comodismo, ambos sustentados por uma idealização do já conhecido e do familiar, tudo percebido pela ótica da superficialidade. Fala do desejo de uma espécie de “sombra e água fresca”, mesmo quando a água está gelada e a sombra está sombria. Este Paraíso recriaria num tom caricato a inocência de um tempo mítico anterior ao nascimento da História, aspirando a padrões narcísicos primitivos, com total desprezo pela complexidade da vida e do humano. Para que ele se estabeleça e se perpetue é necessária a afirmação do não saber e da ignorância. Retomo adiante essa questão.

No plano do indivíduo e de sua subjetividade, significa a prevalência dos estados do ego-ideal em detrimento da atividade proposta pelo ideal do ego; significa também uma intensificação das defesas e o recrudescimento daquilo a que chamamos “doença psíquica”. No caso, uma posição maníaca é reafirmada, o que implica a negação dos afetos – notório nas personagens do filme – em especial os afetos que envolvem a tristeza e o sentimento de perda.

Ainda sobre este tipo de Paraíso, ele parece bem-vindo a certas formas de governo e de organização social: *Fahrenheit 451*, bem o ilustra; não se sabe

nada a respeito do grande poder que origina este funcionamento no filme, a não ser que possui uma orientação inegavelmente fascista (ALBRIGHT, 2018). Esta última seduz com promessas de Paraíso, mas para que ele seja alcançado é necessário que o conhecimento sobre outras formas de existência e de organização humanas e justas sejam brutalmente elididas da consciência e do campo social.

Para tal, a autoridade maior se apresenta com as vestes de um poder divino, árbitro da proibição e do castigo. Os obedientes funcionários, no filme, então, seguem à risca esta missão e refletem o poder, como autômatos, sempre cumprindo ordens. Nesse sentido, encontramos na História do século XX fortes exemplos de banalização do mal e do horror, travestidos em obediência. Aliás, este foi o argumento de Eichmann em seu julgamento em Jerusalém.

Retomando a ideia de ignorância, de que falei acima, penso em Lacan, quando ele diz que as três paixões do homem são o ódio, o amor e, justamente, a ignorância (JIMENEZ, 2018). Esta, penso eu, pode ser compreendida, em primeiro lugar, como uma posição frente aos mistérios do mundo. No caso, é uma condição, não uma paixão. Também, como efeito daquilo que se foi impedido de saber (pelas limitações de lugar e tempo em que se vive, por repressão familiar, política, etc.). Mas paixão propriamente, indicada por Lacan, implica uma outra qualidade, algo ativo. Fica sugerida, então, uma adesão àquilo que se tornou mais conveniente expulsar da área de conhecimento e da consciência. A ignorância no caso não é só não saber, é não querer saber. Estamos aqui francamente no âmbito do psicológico, no uso das defesas, o recalque, a negação, a recusa, a clivagem etc.

A superposição entre o segundo e o terceiro níveis se dá quando a ignorância, além das defesas mobilizadas, se torna um valor a ser professado e incentivado, tanto pessoal quanto politicamente. No livro de Bradbury, o chefe dos bombeiros explica a Montag: “se você não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Ou melhor, não lhe dê nenhum... Encha as pessoas com dados, entupa-as tanto com ‘fatos’, para que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente ‘brilhantes’ quanto a informações. Assim elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E não as coloque em terreno movediço, como *filosofia* ou *sociologia*...” (BRADBURY, 2018). Soa algo atual e conhecido, não?

Voltando ao território psicanalítico, Bion (GRINBERG, 1973) radicaliza: ao estabelecer os vínculos que ligam o sujeito ao objeto, ele sugere, além do

vínculo do amor (L, de “love”) e o do ódio (H, de “hate”), como já propusera o analista francês, o vínculo do conhecimento (K, de “Knowledge”). Na sua versão original, aprofundando Klein e Lacan, acrescenta uma outra característica a este último; denomina-a -K (menos K). Este expressa o ataque ao saber, a sua destruição e sua manifestação se dá através da inveja, da arrogância, da estupidez, da curiosidade maligna e, em termos extremos, da apologia da boçalidade. Ou seja, -K se aproxima de algum modo, da paixão pela ignorância. E toda essa descrição pode ser incitada socialmente, como bem o demonstra toda a ação política desempenhada pelos bombeiros e que pode ser resumida na fala do chefe, acima mencionada.

A trajetória de Montag sofre grande transformação. No livro, mais do que no filme, é matizada por mais conflitos, dúvidas e intenso sofrimento. De início, frente a Clarisse, a encantadora e irrequieta jovem, ele declara que não quer pensar; “lê” histórias em quadrinhos construídas só com imagens e funciona de modo robótico, como bom espelho daquilo que lhe é imposto. Mas a exorbitância do ódio, expressão de H, quando uma biblioteca é queimada e, junto com ela, a sua proprietária, fiel aos seus livros, demonstrando a união de K e L, assim como as insistentes perguntas da jovem, tudo isso começa a minar a sua rigidez. Clarisse, tão linda quanto a sua esposa-zumbi (no filme a mesma artista), mas cheia de vida e inquietações (ela se define como um poço de palavras) possui sentimentos, chora, sofre. Como uma Eva moderna, tentadora e insinuante, indaga: “Você nunca quis ler os livros que lhe mandam destruir?”. Desse modo também aproxima algo do afeto (L) com o conhecimento (K).

E o fruto proibido fez efeito. Montag se apodera do livro que narra a história de *Kaspar Hauser* e depois, com alguma dificuldade, lê *David Copperfield*, de Dickens. O primeiro trata de uma criança, possivelmente um nobre herdeiro, mantida em calabouço, sem contato humano até a adolescência; o segundo, de um bebê, também alijado de suas origens, jogado numa Londres miserável e criminosa. Ou seja, em ambas as narrativas, condições humanas a que se teria direito são roubadas e só corrigidas de modo limitado no primeiro caso e, satisfatoriamente, no segundo, mas muito mais adiante no tempo. Essas personagens falam, de algum modo, da posição de Montag, agora Fênix que renasce das cinzas do embrutecimento e da ignorância.

Montag, em legítima defesa, mata o chefe dos bombeiros e se torna um foragido. Indicado por Clarisse, busca fora da cidade um caminho alternativo mais seguro; trilhos abandonados o levam a um distante acampamento. Lá se encontra com ela e descobre os Homens-livros. Cada um deles decora uma obra, o que

simbolizaria a possibilidade de interiorização do conhecimento, do conteúdo dos livros. Lá também se depara com o homem da cena inicial do filme, só que agora comendo com tranquilidade a sua maçã, o conhecimento legitimado.

Cabe a Montag, se integrando ao grupo, se apossar de um livro, no caso os *Contos de Terror* de Edgard Allan Poe. Se for atribuído um sentido a essa escolha, talvez se possa pensar numa ressignificação do terror vivido nos momentos anteriores de sua vida, clivados, encobertos pela frieza da salamandra (símbolo dos bombeiros) e pela indiferença que o regime havia lhe imposto. O terror agora através da leitura pode ser pensado, simbolizado e integrado à sua nova subjetividade, livre da anestesia a que fora submetido.

Como claramente já dei a entender, li o livro para completar a compreensão do filme. A última parte, Bradbury a intitula “O Brilho Incendiário”. Aí estaria sugerido o incandescente do saber e da cultura? Bem próximo ao final, Montag no acampamento se aproxima do fogo e estranha, porque agora o fogo significava algo diferente daquilo a que estava acostumado. Não estava queimando, estava aquecendo. Nunca imaginara, reflete então, que o fogo além de tirar pudesse também dar.

O autor, então, como que acompanhando a perplexidade do herói, desliza da descrição das chamas destrutivas – dominantes na narrativa – para outras chamas, agora com outros sentidos: o lampião a querosene que ilumina, a fogueira que aquece e em torno da qual as pessoas se sentam para se esquentar e trocar ideias, o fogo que transforma o alimento cru em cozido, mas principalmente o sol que irradia calor e cria os dias, depois das trevas da noite (BRADBURY, 2018).

No fechamento da narrativa os Homens-livros caminham unidos, juntos com o Montag, que pensa: “para quando chegarmos à cidade!”. Estas, aliás, são as palavras que encerram o livro. Como o grupo está no campo, a afirmação pode ser interpretada como a metáfora da saída de uma posição secundária, paralela, escondida, em direção à luz da Pólis. Lá está a *Ágora*, o lugar amplo e democrático da troca de ideias, da prevalência da palavra, onde pode brilhar o direito à liberdade e à cidadania.

Se estendo a metáfora acima para o plano do indivíduo e de sua subjetividade penso no famoso “Wo Es war, soll Ich werden” freudiano (onde estava o isso, o eu há de advir). Ou seja, na possibilidade dos registros de as nossas vivências, isoladas, enquistadas se deslocarem das penumbras do inconsciente, ganharem clareza emocional, acopladas a pensamentos. E tudo isso integrado em um Eu, capaz de gerir, de modo mais ou menos livre de um poderoso e tirânico superego, a própria existência.

Finalizando: trata-se de um belo filme, cheio de sentidos e simbolismos. Talvez não seja o melhor Truffaut, o de *Os Incompreendidos*, nem o de *Jules e Jim*. Mas o livro de Bradbury é excelente! Merece ser lido. Afinal... é um livro!

Junho de 2019

Paulo Sérgio Lima Silva

pslimasilva@terra.com.br

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Referências

ALBRIGHT, M. *Fascismo: um alerta*. São Paulo: Ed. Crítica, 2018.

BRADBURY, R. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: ed. Globo, 2018.

GEORGES, J. *A escrita: memória dos homens*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

GRINBERG, L. et al. *Introdução às ideias de Bion*, Rio de Janeiro: Imago, 1973.

HARARI, Y. N. *Sapiens*. Rio Grande do Sul: LPM Ed., 2016.

HINSELWOOD, R.D. *Dicionário do pensamento kleiniano*. Rio Grande do Sul: Artes Médicas, 1992.

JIMENEZ, S. *Paixão do ódio e da ignorância*. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SHATTUCK, R. *Conhecimento proibido*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.